



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

15/01/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	2 - 3
1.3. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	4 - 5
1.4. VARA CÍVEL.....	6
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	7 - 8
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CNJ.....	9
3.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	10 - 14
3.3. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	15
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	16 - 18
4.2. VARA CÍVEL.....	19
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	20 - 23
5.2. VARA CÍVEL.....	24
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	25
6.2. CORREIÇÕES.....	26
6.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	27 - 30
6.4. JUÍZES.....	31
6.5. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	32
6.6. PUBLICIDADE LEGAL.....	33 - 34
6.7. VARA CÍVEL.....	35 - 37
6.8. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	38 - 40

PRAZOS PROCESSUAIS VOLTAM A CORRER DIA 21

Os prazos processuais na Justiça estadual voltam a correr normalmente no dia 21 deste mês, quando ficam restabelecidas as publicações de acórdãos, sentenças e decisões, despachos, bem como a intimação de partes ou advogados de processos físicos e virtuais – em primeira e segunda instâncias, na Justiça estadual. A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, conduzirá a primeira sessão plenária da Corte na quarta-feira (22), com pauta jurisdicional. As sessões de julgamentos no Pleno do Tribunal de Justiça e nas câmaras cíveis e criminais também serão retomadas, assim como os serviços forenses nas varas e juizados das comarcas do Estado.

TJMA recebe Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal



⇒ A presidente do TJMA reafirmou, na oportunidade, que o Poder Judiciário vem contribuindo para reduzir o encarceramento **Pág. 2**

TJMA recebe Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal



A presidente do TJMA reafirmou, na oportunidade, que o Poder Judiciário vem contribuindo para reduzir o encarceramento

Senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (CDH) foram recebidos pelos desembargadores Cleonice Freire, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA); Nelma Sarney, corregedora e Froz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária, nesta segunda-feira (13), quando foram informados sobre as medidas em andamento no âmbito do Poder Judiciário para solucionar os problemas no sistema carcerário.

A visita dos senadores

Ana Rita Esgario (PT/ES), João Capiberibe (PSB/AP), Randolpho Rodrigues (PSOL/AP) e Humberto Costa (PT/PE) ao TJMA faz parte de uma agenda de reuniões de trabalho da CDH com autoridades maranhenses, que incluiu uma visita à Penitenciária de Pedrinhas.

A presidente do TJMA reafirmou, na oportunidade, que o Poder Judiciário vem contribuindo para reduzir o encarceramento, com a realização, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, de quatro mutirões para solução de processos criminais, que contribuíram para

reduzir a taxa de encarceramento, em relação a cada grupo de 100 mil habitantes, de 91,06, em 2010, para 81,89, em 2013.

“O Poder Judiciário está pronto para colaborar e somar esforços às ações da comissão. A contribuição dos senadores vai nos ajudar em busca das soluções que todos nós queremos”, disse a desembargadora Cleonice Freire.

Durante a reunião, a senadora Ana Rita destacou que os senadores vieram ao Maranhão para conhecer as instalações dos presídios, ouvir os presos e destacou a

importância de expor as preocupações da comissão, com o objetivo de contribuir para uma solução dos problemas. Após as visitas, os senadores vão analisar as informações colhidas e definir os próximos passos da comissão.

A presidente da CDH recebeu dos desembargadores um resumo de dados do sistema carcerário, um relatório com os resultados dos mutirões carcerários já realizados no Estado e as ações coordenadas pela Corregedoria Geral da Justiça.

O coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do TJ destacou que o déficit no número de vagas, em torno de 2.590 vagas, é o principal “gargalo” encontrado no sistema prisional atualmente. “A população do Maranhão aumentou, a quantidade de presos aumentou, mas não foram criadas novas vagas”, declarou Froz Sobrinho.

A Corregedora Geral da Justiça chamou a atenção dos senadores sobre as medidas tomadas pelos juízes das comarcas de grande porte, como a interdição de delegacias e a determinação de não mais receber presos oriundos de outras unidades jurisdicionais e entregou à presidente da comissão uma lista de ações já em andamento para o enfrentamento dos problemas carcerários.

Pág. 3

Mutirão para análise processual tem início no Fórum de São Luís



Mutirão para análise processual tem início no Fórum de São Luís



Durante reunião, ficou definida a operacionalização de uma força tarefa envolvendo Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública

Em reunião realizada na manhã desta terça, 14, na Corregedoria Geral da Justiça, ficou definida a operacionalização de uma força tarefa envolvendo Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública para apreciar a situação processual dos presos e adotar providências necessárias no âmbito da competência de cada instituição. A abertura dos trabalhos do mutirão acontecerá às 10h desta quarta, 15, na Diretoria do Fórum de São Luís.

Está já é uma primeira etapa do Mutirão Carcerário, previsto no conjunto de

dez medidas adotadas pelo Comitê de Gestão Integrada do Plano de Ação de Pacificação das Prisões em São Luís. Na abertura dos trabalhos estarão presentes a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney; o defensor público-geral Aldy Mello; e a corregedora-geral do Ministério Público em exercício, procuradora Rita Moreira.

A operacionalização dos trabalhos foi estabelecida pela Resolução Conjunta n.º 01/2014 da Corregedoria Geral da Justiça, da Corregedoria Geral do Ministério Público e da Defensoria Pública

do Estado. O documento cria a Comissão de Trabalho do Sistema de Justiça Criminal para operacionalizar a ação e tem também como objetivo a elaboração de diagnóstico quantitativo de presos provisórios custodiados nos presídios do Estado.

De acordo com a Resolução a Secretaria de Administração Penitenciária vai colaborar com o encaminhamento de dados estatísticos e informações relacionadas aos encarcerados, o que contribuirá para o bom andamento dos trabalhos.

As ações serão realizadas por um grupo que vai

funcionar com o formato de uma secretaria judicial e será formado por juízes, promotores e defensores, indicados pelas instituições pactuadas. A corregedora-geral da Justiça garantiu infraestrutura e equipe de servidores que darão apoio ao grupo, que por sua vez tem a finalidade de dar suporte aos demais juízes que atuam nas varas criminais.

Mutirão Carcerário – Finalizada a primeira etapa dos trabalhos, terá início o mutirão presencial, que será realizado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, contará com a parceria do Ministério da Justiça e terá o apoio da Defensoria Pública da União.

A reunião foi acompanhada pela assessora especial do ministro da Justiça, Clarice Calixto. Também participaram da reunião o defensor público-geral, Aldy Mello; a procuradora Rita Moreira, os juízes José Américo, Mário Marcio, Tyrone Jose, Francisca Galiza, Oriana Gomes, Fernando Mendonça, José Eulálio, Rodrigo Nina, os promotores Claudio Cabral, Pedro Lino e Rosana Conceição; a corregedora da Defensoria, Fabíola Barros, o secretário adjunto da SEJAP, Kécio Rabelo, e da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário, Ariston Apôlônio.

Juiz condena Google a pagar indenização por notícia publicada em blog anônimo

A empresa Google Brasil Internet foi condenada a indenizar por danos morais um gestor público de município maranhense, por notícia publicada em blog de titular desconhecido. A decisão é do juiz Márcio Castro Brandão, que responde pela da 14ª Vara Cível de São Luís.

O autor da ação alega que em março de 2013 enviou notificação extrajudicial à empresa Google, que hospeda o blog anônimo, pedindo informações sobre o endereço de IP do computador do autor do blog, que publicou diversas matérias ofensivas a sua honra

e imagem. Também pediu a retirada do conteúdo do site no prazo de 24h.

A notícia do blog faz referência ao período em que o requerente desempenhou cargo na administração do município, imputando-lhe a pecha de corrupto. Para o autor da ação, o texto foi uma tentativa de denegrir seu conceito e imagem perante a sociedade do município, onde ele já exercia outro cargo.

Na sentença, proferida no último mês de novembro, o juiz determinou à empresa Google, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil, limitada à quantia de R\$

60 mil, identificar, em até cinco dias, por meio dos endereços IP, os computadores utilizados para cadastramento e alimentação do blog; e, em 24h, remover do site o conteúdo ofensivo ou, se isso não fosse tecnicamente possível, retirar o blog da internet.

Márcio Castro Brandão também condenou a Google ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 3 mil, acrescida de juros moratórios, a contar do mês de abril de 2013, data do evento danoso, além de correção monetária.

Na sentença, o juiz afir-

ma que, mesmo ciente da situação, a Google limitou-se a responder que “após análise da solicitação realizada pelo requerente, decidiu não tomar nenhuma medida”. Para o magistrado, a empresa cometeu ato ilícito ao se abster de prestar as informações e ao se recusar a retirar o blog de sua plataforma na internet.

A empresa alegou sua ilegitimidade para figurar como ré na ação, já que não faz qualquer tipo de controle preventivo do conteúdo criado pelos seus usuários, devendo responder pelo fato a pessoa que publicou o conteúdo ofensivo.

Governo afirma que presídios estão sendo construídos no prazo

O governo do Maranhão divulgou, ontem (14), uma nota sobre a determinação do juiz Manoel Matos de Araújo, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, que determinou que o governo construísse novos presídios em 60 dias. Segundo a nota, o governo tem cumprido com os prazos determinados por lei para a licitação de obras de construção e ampliação de unidades prisionais no Estado. **PÁGINA 3**

Governo afirma que presídios estão sendo construídos no prazo

O governo do Maranhão divulgou, ontem (14), uma nota sobre a determinação do juiz Manoel Matos de Araújo, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, que determinou que o governo construísse novos presídios em 60 dias. Segundo a nota, o governo tem cumprido com os prazos determinados por lei para a licitação

de obras de construção e ampliação de unidades prisionais no Estado.

Entre as obras em execução, estão a construção de unidades prisionais em Imperatriz (250 novas vagas); Coroatá (306 vagas), presídio de segurança máxima de São Luís (220 vagas) e a de reforma e ampliação da Casa de Detenção (mais 300 vagas,

além das 500 existentes).

Ainda de acordo com a nota, todas as medidas que já foram tomadas para dar solução aos problemas do Sistema Penitenciário são de conhecimento do Poder Judiciário, bem como de todas as entidades que participam do Comitê de Gestão Integrada de Pacificação das Prisões, criado na última sexta-feira (10).

TOME NOTA: a Secretaria de Direitos Humanos, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério Público Federal estão se mobilizando para um grande mutirão no Judiciário, onde 40% dos detentos já cumpriram pena ou respondem processos provisórios. São 550 mil detentos em todo o País.

A PROPÓSITO: o caso do Presídio de Pedrinhas despertou o Judiciário para o acúmulo de processos de detentos que superlotam os presídios e que têm condições de já estarem em liberdade.

Déficit carcerário será zerado em 180 dias, afirma Uchôa

Construção de presídios e ampliação dos já existentes abrirão, ao menos, mais mil vagas no sistema prisional do Maranhão, diz titular da Sejap; governo reafirma cumprimento de prazos de licitação. Justiça define mutirão para análise processual. **Geral5**



Obra de reforma e ampliação da Casa de Detenção (Cadet) abrirá 300 novas vagas, além das 500 já existentes, para detentos em São Luís

Déficit carcerário será extinto em até 180 dias, diz titular da Sejap

Em entrevista a **O Estado**, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Sebastião Uchôa, anunciou medidas do governo para a criação de pelo menos mil vagas em unidades prisionais de São Luís e no interior do Maranhão

O secretário de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Sebastião Uchôa, informou ontem, em entrevista exclusiva a **O Estado**, que, em até 180 dias, será zerado o déficit carcerário do Maranhão, por meio da construção de presídios e ampliação dos já existentes, que possibilitarão a criação de, pelo menos, mais mil vagas em unidades prisionais de São Luís e no interior do estado.

Uchôa anunciou ainda a permanência da Polícia Militar nos presídios e que as funções de rotina relacionadas às visitas e aos banhos de sol dos presos per-

manecem a cargo dos agentes penitenciários. Ainda de acordo com o secretário, a capacitação dos aprovados no concurso promovido no ano passado para a função de agente penitenciário começará no próximo mês. Quanto à nomeação desses aprovados, que, ainda de acordo com a decisão judicial do titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, deverá acontecer em até 30 dias, Uchoa informou que esse prazo será negociado.

Ontem, por meio de nota, a governadora Roseana Sarney (PMDB) voltou a afirmar que o

Governo do Maranhão tem cumprido com os prazos determinados por lei para a licitação de obras de construção e ampliação de unidades prisionais no estado.

A Corregedoria Geral da Justiça anunciou ontem a operacionalização de uma força-tarefa

envolvendo Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública para apreciar a situação processual dos presos e adotar providências necessárias no âmbito da competência de cada instituição.

Abaixo entrevista com o titular da Sejap, Sebastião Uchôa:

Foto: Divulgação



Obra de reforma e ampliação na Casa de Detenção (Cadet), que oferecerá mais 300 novas vagas



Peças da estrutura do novo presídio de segurança máxima de São Luís, que terá 220 vagas

Sebastião Uchôa, secretário de Justiça

“Polícia Militar atuará para manter a ordem”

Por solicitação da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária, policiais militares vão continuar nas unidades prisionais com a realização de revistas

Thiago Bastos
Da equipe de **O Estado**

Uchôa anunciou ontem que 116 aprovados em concurso para o cargo de agente penitenciário serão chamados já no início do próximo mês e serão submetidos à capacitação.

O Estado – Que medidas estão sendo tomadas para sanar os problemas do sistema carcerário do estado?

Sebastião Uchôa – Conforme determinação do Governo do Estado, estão sendo construídas várias unidades prisionais na capital maranhense e no interior do Maranhão, além da ampliação das unidades já existentes, o que deverá proporcionar novas vagas no sistema carcerário do estado no prazo de até 180 dias, tempo em que as obras nas unidades serão encaminhadas. Com essas medidas, vamos zerar o déficit carcerário do Maranhão. Além disso, solicitamos o apoio ostensivo da Polícia Militar, que atuará, caso necessário, para manter a ordem nas unidades. Os policiais militares estão mantendo ainda a rotina de revistas surpresas e encontrando de tudo nas unidades, desde armas brancas, celulares e até mesmo drogas. Além da Polícia Militar, também contaremos com o apoio da Força Nacional, que recentemente teve a sua permanência prorrogada no estado. Inicialmente, a Força Nacional ficará nas unidades maranhenses até o

próximo mês, mas estamos já solicitando junto ao Governo Federal a prorrogação dessa permanência por mais 90 dias. Isso já é praticamente certo e só falta ser oficializado.

O Estado – Uma determinação judicial prevê a construção de unidades prisionais no Maranhão num prazo de 60 dias. Essa medida será cumprida de que forma?

Uchôa – Como todos sabem, determinação judicial foi feita para ser cumprida. Vamos cumprir esse prazo antes dos 60 dias, já que algumas unidades e ampliações de presídios começarão a ser entregues até o fim deste mês. Tudo será feito em conformidade com a lei.

O Estado – E quanto à convocação dos futuros agentes penitenciários? Isso também está incluído nessa série de medidas?

Uchôa – Isso também é uma de nossas prioridades do momento. Pelo menos 116 aprovados, os únicos que cumpriram com os pré-requisitos previstos no edital do concurso, começarão a ser chamados já no início de fevereiro e serão submetidos à capacitação para que se incorporem aos 363 agentes efetivos do quadro da Sejap e aos mais de 850 terceirizados. Dessa forma, teremos um efetivo qualificado e eficaz atuando dentro das unidades do estado. Na própria Escola de Gestão Penitenciária, inaugurada em outubro do ano passado, já estamos trabalhando nesse sentido, ou seja, de garantir a qualificação dos futuros agentes. A decisão da

Justiça prevê a nomeação desses aprovados em até 30 dias, só que isso desobedece ao próprio edital do certame, que indica uma série de prazos a serem seguidos. Vamos tentar ampliar esse prazo dado de 30 dias.

O Estado – Enquanto os presídios não ficam prontos, o que está sendo feito para acelerar os processos dos presos que ainda aguardam julgamento?

Uchôa – Ontem [segunda-feira] mesmo, por meio do Comitê Gestor, representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Sejap definiram um calendário para a promoção de mutirões carcerários e, dessa forma, acelerar os processos dos presos que ainda aguardam julgamento. O grande problema atual do sistema carcerário ocorre justamente por existir ainda uma mistura entre os 1.556 presos provisórios das unidades maranhenses e os considerados de alta periculosidade. Precisamos separar isso e utilizar os mecanismos devidos para que isso ocorra. Ainda nesta semana haverá uma nova reunião para a definição do cronograma oficial de trabalho, ou seja, quando esses presos terão seus processos analisados.

O Estado – Alguns magistrados sugerem a utilização, por parte de alguns presos, das tornozeleiras. Ou seja, eles seriam liberados, mas monitorados o tempo todo. Isso também será feito?

Uchôa – Durante esse trabalho do mutirão, essa ideia será tam-

bém analisada.

O Estado – Quanto à transferência dos presos do Maranhão para unidades federais. Já há definição sobre quais presos e quando isso ocorrerá?

Uchôa – A Sejap cuidará apenas da execução da medida, porém, essa análise de quais presos e quando isso ocorrerá está sendo definido pela Polícia Civil. A transferência está sendo analisada com muito cuidado para que possamos restabelecer a ordem nos presídios maranhenses.

O Estado – A atual legislação garante uma boa gestão dos presídios, não somente do Maranhão, como de outros estados?

Uchôa – Essa é uma questão que precisa ser revista. A atual legislação, em vez de recuperar, está embrutecendo os presos. Eles estão saindo de lá piores e muitas vezes voltam a ser presos. Existem, apesar da legislação, bons exemplos, como os da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, ligada a grupos de assistência de condenados, que tratam especificamente da recuperação dos presos. São medidas boas e que, em breve, poderão também ser executadas no estado. Precisamos também dizer neste momento para a população que a gestão pública está fazendo o possível para manter a ordem e restabelecer o cotidiano normal para todos. Não vamos medir esforços para restabelecer a ordem no sistema carcerário do estado.

Biné Moraes



Secretário Sebastião Uchôa fala das ações no sistema penitenciário

“

Precisamos também dizer neste momento a população que a gestão pública está fazendo o possível para manter a ordem e restabelecer o cotidiano normal para todos”

Governo diz que cumpre prazos para a construção e ampliação de presídios

Estão sendo realizadas obras nas unidades prisionais de São Luís, Imperatriz e Coroatá

A governadora Roseana Sarney (PMDB) voltou a afirmar, por meio de nota, que o Governo do Maranhão tem cumprido os prazos determinados por lei para a licitação de obras de construção e ampliação de unidades prisionais no estado.

Roseana destacou que entre as obras em execução estão a construção de unidades prisionais em Imperatriz (250 novas vagas), Coroatá (306), presídio de segurança máxima de São Luís (220) e a de reforma e ampliação da Casa de Detenção (Cadet) em São Luís (mais 300 vagas, além das 500 existentes).

“Todas as medidas que já foram tomadas para dar solução aos problemas do Sistema Penitenciário são de conhecimento do Poder Judiciário, bem como de todas as entidades que participam do Comitê de Gestão Integrada de Pacificação das Prisões, criado na última sexta-feira [10]”, afirmou a governadora.

De acordo com o governo, desde a decretação do estado de emergência, em outubro passado, o Estado vem acelerando a construção de unidades prisionais para atender à grande demanda da população carcerária do Maranhão e resolver o problema da superlotação, além de evitar que detentos que cometeram crimes fora da capital possam cumprir suas penas nos seus locais de origem.

Mutirão para análise processual tem início no Fórum de São Luís

Corregedoria Geral da Justiça define operacionalização de uma força-tarefa

Em reunião realizada na manhã de ontem na Corregedoria Geral da Justiça, ficou definida a operacionalização de uma força-tarefa envolvendo Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública para apreciar a situação processual dos presos e adotar providências necessárias no âmbito da competência de cada instituição.

Está já é uma primeira etapa do Mutirão Carcerário, previsto no conjunto de 11 medidas adotadas pelo Comitê de Gestão Integrada do Plano de Ação de Pacificação das Prisões em São Luís. Na abertura dos trabalhos estarão presentes a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney; o defensor público-geral Aldy Mello, e a corregedora-geral do Ministério Público em exercício, procuradora Rita Moreira.

A operacionalização dos trabalhos foi estabelecida pela Resolução Conjunta n.º 01/2014 da Corregedoria Geral da Justiça, da Corregedoria Geral do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado. O documento cria a Comissão de Trabalho do Sistema de Justiça Criminal para opera-

Mutirão

Finalizada a primeira etapa dos trabalhos, terá início o mutirão presencial, que será realizado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, contará com a parceria do Ministério da Justiça e terá o apoio da Defensoria Pública da União.

lizar a ação e tem também como objetivo a elaboração de diagnóstico quantitativo de presos provisórios custodiados nos presídios do Estado.

Dados - De acordo com a Resolução, a Secretaria de Administração Penitenciária vai colaborar com o encaminhamento de dados estatísticos e informações relacionadas aos encarcerados, o que contribuirá para o bom andamento dos trabalhos.

As ações serão realizadas por um grupo que vai funcionar com o formato de uma secretaria judicial e será formado por juizes, promotores e defensores, indicados pelas instituições pactuadas. A corregedora-geral da Justiça garantiu infraestrutura e equipe de servidores que darão apoio ao grupo, que por sua vez tem a finalidade de dar suporte aos demais juizes que atuam nas varas criminais.

PAG. 11

POLÍCIA

Justiça do MA manda governo
construir presídios em 60 dias

Justiça do MA manda governo construir presídios em 60 dias

Decisão também prevê reforma do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Caso o Estado não cumpra a determinação, pode ser multado em R\$ 50 mil por dia

A Justiça determinou que o governo do Maranhão construa, em 60 dias, novos presídios no estado. A decisão, resultado de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público em 2011, prevê também a reforma do Complexo Penitenciário Pedrinhas, também em 60 dias.

O juiz Manoel Matos de Araújo, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, mandou que os novos presídios sejam construídos preferencialmente no interior do estado e que eles tenham alojamentos suficientes para resolver o problema de superpopulação do Maranhão.

Se o estado não construir os presídios ou reformar o complexo de Pedrinhas no prazo determinado, pode ser multado em R\$ 50 mil por dia.

A Justiça também ordenou



A decisão é resultado de uma ação civil movida pelo Ministério Público

a nomeação, dentro de um mês, de agentes penitenciários aprovados em concurso público no ano passado.

Nesta terça-feira (14), advogados do Coletivo de Advogados de Direitos Humanos protocolaram na Assembleia Legislativa do Maranhão uma representação pedindo o impeachment contra a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, devido à situação do sistema carcerário no estado. O grupo, composto por 25 advogados de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte e Maranhão, afirma que Roseana tem que ser responsabilizada por falhas e incompetências políticas no caso e que ela não tem cumprido com seu dever constitucional de zelar pelos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos do estado, especialmente os dos presidiários de Pedrinhas.

RESPONSABILIDADE DO GOVERNO - Segundo a professora de Direito da FGV-SP Eloísa Machado de Almeida, uma das integrantes do grupo, a governadora pode ser enquadrada em duas hipóteses

previstas no artigo 7º da Lei de Crimes de Responsabilidade (Lei 1.079/50), conhecida como Lei do Impeachment, a mesma pela qual o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello respondeu. Uma delas prevê a violação de direitos e garantias individuais. A outra diz que podem ser enquadrados em crime de responsabilidade aqueles que se servirem das autoridades sob sua subordinação imediata para praticar condutas de abuso de poder (como atentado à incolumidade física do indivíduo e ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual sem as formalidades legais) ou tolerarem que os subordinados pratiquem abuso de poder sem repressão sua.

- A governadora tem ciência dos problemas de Pedrinhas desde 2011, quando o Conselho Nacional de Justiça fez relatório sobre o complexo e comunicou a governadora. A inação e inabilidade em resolver o problema e prevenir situações são passíveis de responsabilização política. É o crime de responsabilidade - explica Eloísa.

De acordo com a professora, protocolada a representação na Assembleia Legislativa do Maranhão, a Casa tem 15 dias para instaurar uma comissão especial formada por deputados, que vão investigar os problemas do sistema penitenciário, ouvindo testemunhas e coletando informações.

- Essa comissão tem que fazer um relatório final e pode decidir pela suspensão do mandato da Roseana por 180 dias e pela cassação de todo o mandato dela. Depois, o processo pode seguir para o Tribunal de Justiça do estado, para que ele decida sobre a perda de direitos políticos da governadora - afirma Eloísa.

Segundo a TV Globo, em nota, o governo informou que tomou todas as medidas necessárias para resolver os problemas das penitenciárias e que a Justiça tem conhecimento delas.

VISITA - Na segunda-feira, o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, recebeu a visita de seis integrantes da Comissão de Direitos Humanos do Senado, que desembarcaram no estado para tratar da crise do sistema prisi-

onal. A visita durou cerca de duas horas, mas a ala mais crítica do presídio, onde ocorreram decapitações, não foi vista pelos senadores, pois não havia como garantir a segurança necessária aos visitantes.

Caos e greve de fome - Os senadores descreveram um cenário de caos e afirmaram que ouviram as mais variadas queixas dos detentos e que encontraram celas superlotadas e condições precárias de higiene nos presídios do complexo. Adversário político da família Sarney, o senador João Capiberibe (PSB-AP) foi mais crítico na avaliação.

- O que encontramos ali foi um depósito de seres humanos. Não é uma penitenciária. É um local degradante e sub-humano, sem qualquer higiene. Há até paciente mental no local, que não deveria estar ali. É um lugar sem regra. Em todos os pavilhões há pouquíssimos agentes penitenciários. Esse é o resultado da privatização - disse Capiberibe.

Uma greve de fome coletiva foi iniciada na segunda-feira de manhã, em três pavilhões do complexo. **Fonte: O Globo**

INTERVENÇÃO ZERO



Desembargador Froz Sobrinho

O coordenador-geral da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Poder Judiciário, desembargador Froz Sobrinho, participou de um telejornal na manhã desta terça-feira (14) e falou sobre o sistema carcerário do Maranhão. Froz Sobrinho comentou a realização de mutirões carcerários para tentar acelerar a revisão de penas de presos de Pedrinhas e se declarou contrário à intervenção federal no sistema prisional maranhense.

DECLARAÇÃO

"Eu não concordo com intervenção. Eu acho que o problema é nacional. A gente tem que pensar num sistema nacional de combate à violência, no cuidado às vítimas, onde se possa trabalhar esse preso, para que ele volte ao convívio social. Nós estamos fazendo, desde 2005, os mutirões carcerários, isso com auxílio do Ministério Público e da Defensoria Pública. No último mutirão, no ano passado, nós fizemos dos presos provisórios. Não foi um mutirão foi uma força-tarefa. Foi o único mutirão nacional autorizado pelo CNJ para ser feito pelo próprio Tribunal, dado o avanço que a gente tem aqui no Maranhão nessa área de execução penal. Na execução penal, os processos estão virtualizados. Temos um problema em relação aos presos provisórios até por conta do conceito de presos provisórios. Para a lei, o preso provisório não é aquele que está respondendo processo até a sentença, ele ultrapassa a sentença. O preso definitivo só é considerado pela lei de execução penal aquele que já passou essa fase, já houve trânsito em julgado da sua sentença. Por isso, o número é muito grande. Esse vai ser o grande foco que vamos trabalhar nessa nova força tarefa." disse. **(Luis Pablo)**

BLOG ANÔNIMO

Juiz condena Google a pagar indenização por notícia falsa

A empresa Google Brasil Internet foi condenada a indenizar por danos morais um gestor público de município maranhense, por notícia publicada em blog de titular desconhecido. A decisão é do juiz Márcio Castro Brandão, que responde pela 14ª Vara Cível de São Luís.

O autor da ação alega que em março de 2013 enviou notificação extrajudicial à empresa Google, que hospeda o blog anônimo, pedindo informações sobre o endereço de IP do computador do autor do blog, que publicou diversas matérias ofensivas a sua honra e imagem. Também pediu a retirada do conteúdo do site no prazo de 24h.

A notícia do blog faz referência ao período em que o requerente desempenhou cargo na administração do município, imputando-lhe a pecha de corrupto. Para o autor da ação, o texto foi uma tentativa de denegrir seu conceito e imagem perante a sociedade do município, onde ele já exercia outro cargo.

Na sentença, proferida no último mês de novembro, o juiz determinou à empresa Google, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil, limitada à quantia de R\$ 60 mil, identificar, em até cinco dias, por meio dos endereços IP, os computadores utilizados para cadastramento e alimentação do blog; e, em 24h, remover do site o conteúdo ofensivo ou, se isso não fosse tecnicamente possível, retirar o blog da internet.

Márcio Castro Brandão também condenou a Google ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 3 mil, acrescida de juros moratórios, a contar do mês de abril de 2013, data do evento danoso, além de correção monetária.

Na sentença, o juiz afirma que, mesmo ciente da situação, a Google limitou-se a responder que "após análise da solicitação realizada pelo requerente, decidiu não tomar nenhuma medida". Para o magistrado, a empresa cometeu ato ilícito ao se abster de prestar as informações e ao se recusar a retirar o blog de sua plataforma na internet.

A empresa alegou sua ilegitimidade para figurar como ré na ação, já que não faz qualquer tipo de controle preventivo do conteúdo criado pelos seus usuários, devendo responder pelo fato a pessoa que publicou o conteúdo ofensivo. Argumentou, ainda, não possuir meios de cumprir a obrigação imposta pela Justiça, porque os dados solicitados tornaram-se indisponíveis com o decurso do tempo. Também afirmou que os logs de IP de criação são armazenados por até oito meses, não mantendo o registro dos dados de atualização dos blogs, para liberação de espaço livre em seus servidores para o armazenamento do conteúdo mais recente que trafega por seus serviços, já que não existe legislação específica sobre a matéria.

De acordo com o magistrado, a Google tem o dever de informar a origem da postagem, mediante identificação do IP de origem e de retirá-la da internet. Conforme o juiz, a identificação do IP constitui dado técnico registrado no momento de criação da ferramenta eletrônica pelo usuário e que deveria ficar no banco de dados da Google, responsabilidade decorrente da atividade econômica desenvolvida pelo fornecedor de serviços, mesmo que estes sejam gratuitos.

Embora, não seja a própria Google a titular do site nem a autora das declarações ofensivas, a recusa ao atendimento da solicitação do usuário, segundo o juiz, colaborou efetivamente para a intensificação do ato ilícito causado pelo autor do blog.

Tornozeleiras (1)

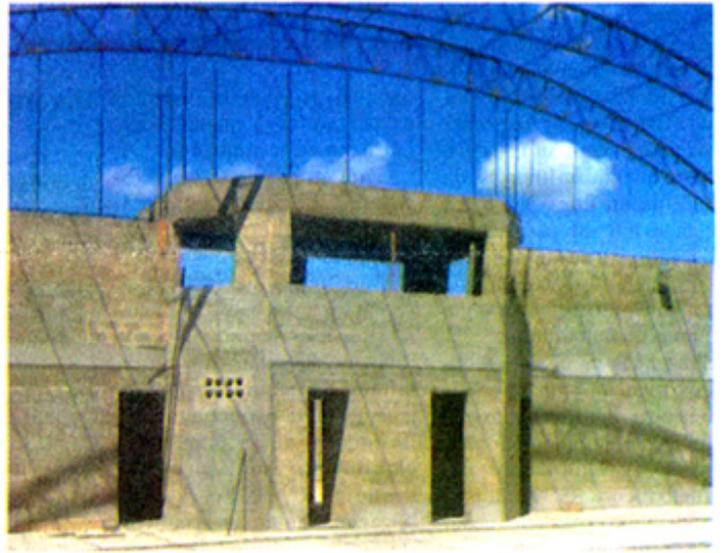
O desembargador Froz Sobrinho, que coordena no Maranhão o núcleo do Conselho Nacional de Justiça e integra o comitê da crise do sistema carcerário, disse ontem que o Ministério da Justiça vai mandar uma equipe de técnicos para avaliar detalhadamente a crise nas cadeias do Maranhão. Está acertando um mutirão carcerário, com operação pente-fino nos processos.

Tornozeleiras (2)

Entre outras providências acertadas pelo Comitê, formado pelo Executivo, Judiciário, Defensoria Pública, órgãos da Segurança Pública, Sejap e instituições, está a adoção do uso de pulseira ou tornozeleiras eletrônicas para determinados presos e, em determinadas situações, fora das celas. Com uma semana de criação, o comitê está agindo a todo vapor.

CRISE NOS PRESÍDIOS

SECOMDIVULGAÇÃO



A conclusão da reforma da Casa de Detenção (Codet) (foto) abrirá vagas na região metropolitana de São Luís. Em Imperatriz (foto), obras de presídio prosseguem aceleradas

Governo mostra obras e diz que construção de presídios está no prazo

FOTO DIVULGAÇÃO



PRAZO CURTO

Governo acelera obras de construção de presídios nos municípios, mas secretário da Sejap diz ser inviável cumprir prazo de 60 dias.

URBANO 2

Entrevista// SEBASTIÃO UCHÔA

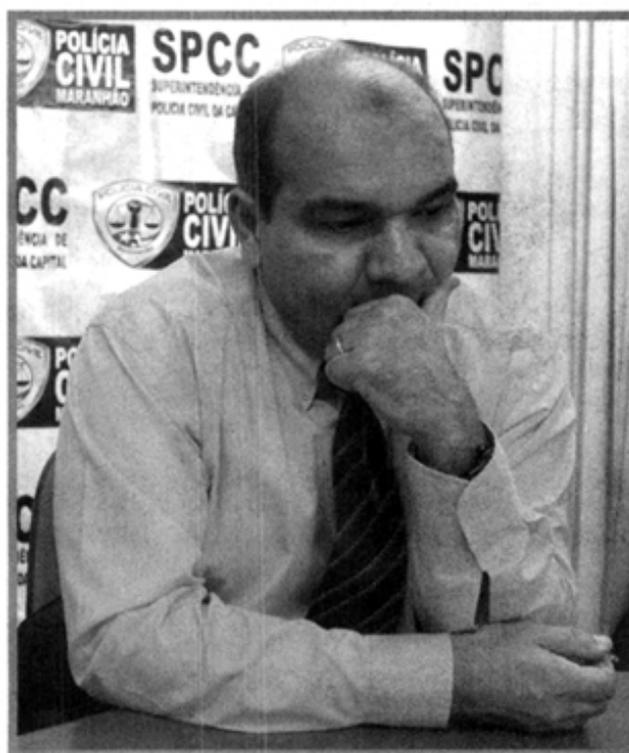
“Não é possível cumprir o prazo”

Secretário de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Sebastião Uchôa, diz ser inviável construir presídios em dois meses, mas garante a criação de novas vagas para detentos

SANDRA VIANA

Superlotação, déficit de pessoal, descumprimento da Lei de Execuções Penais e estrutura precária. Problemas que levaram o Ministério Público do Maranhão (MPMA) a mover ação contra o Governo do Estado quanto à situação do sistema prisional. A ação é de novembro de 2011 e foi deferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, na última segunda-feira. As soluções vêm sendo cobradas pelo MP ao Governo desde 2004, a partir de constatação por meio de vistorias e relatórios. Nesse ínterim, o MP tentou firmar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e chegou a convocar representantes da Segurança para audiência, mas não obteve retorno e os problemas persistem. Agora, com a decisão judicial, o Governo tem 60 dias - até março - para entregar obras que venham atender demanda do sistema e em 30 dias nomear agentes penitenciários do último concurso. Por descumprimento, o Estado será penalizado com multa diária de R\$ 50 mil. Em meio aos problemas, cerca de 150 detentos estão em greve de fome, desde a última segunda, na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) de Pedrinhas. Eles devem receber visita da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), em data não divulgada.

Em entrevista a *O Imparcial*, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Sebastião Uchôa, aponta medidas que vêm sendo tomadas e garante que a determinação do MP será cumprida.



HONORIO MOREIRA/IMP/APPRESS

É uma decisão que entendemos coerente, mas que precisa de um bom senso. Temos os recursos, mas precisamos de prazo para esses cumprimentos



Com estes projetos [pacote de obras] concluídos até dezembro deste ano, a nossa previsão é zerar o déficit carcerário no Maranhão

O IMPARCIAL - É possível cumprir o prazo da justiça?

Sebastião Uchôa - Não é possível cumprir o prazo de 60 dias, mas já iremos abrir algumas vagas na Região Metropolitana com a conclusão da Cadet, que já atende parte deste pleito judiciário. Quanto à nomeação dos servidores, não podemos dentro do prazo para não infringir a lei, pois precisarão passar pelo curso de formação que rege o Edital.

Que medidas vêm sendo tomadas desde as constatações da ação do MP?

Posso responder ao que compete à minha gestão e estamos com projetos de ampliação do parque penitenciário na capital e interior em execução, incluídos o pacote emergencial do Governo do Estado, e a inserção de novos servidores da segurança penitenciária no sistema. Com estes projetos concluídos até de-

zembro deste ano, a nossa previsão é zerar o déficit carcerário no Maranhão.

Qual a demanda de vagas no sistema?

Em torno de quase duas mil vagas, mas com os projetos em execução vamos abrir mais 2,4 mil vagas.

Quanto ao aumento do efetivo de agentes, o que está sendo feito?

Serão 116 agentes servidores penitenciários que iniciarão os cursos de capacitação, que vão durar cerca de quatro meses.

A ação do MP fala ainda sobre atividades de ressocialização. O que é desenvolvido atualmente no sistema?

Temos ações na área de esportes, profissionalizantes e alfabetização, estando inseridos cerca de 1,1 mil internos na ca-

pital e interior, nas unidades São Luís I, São Luís II, Penitenciária de Pedrinhas, Presídio Feminino, CCPJ de Pedrinhas (mão de obra interna da detenção)

O que o senhor aponta como principais problemas do sistema?

A superlotação e a falta de um quadro de servidores específicos do sistema penitenciário, que seriam divididos em agentes, administrativo e técnicos.

Qual sua avaliação da decisão judicial?

É uma decisão que entendemos coerente, mas que precisa de um bom senso, no sentido de entenderem que estamos realizando as ações, mas não somos donos do tempo. Temos os recursos, mas precisamos de prazo para esses cumprimentos.

Mutirões carcerários começam hoje no estado

Ministério Público do Maranhão, em parceria com o Poder Judiciário e a Defensoria Pública do Estado, vai participar dos mutirões carcerários com o objetivo de identificar o número de presos provisórios custodiados nos estabelecimentos prisionais do Maranhão e dar andamento à situação processual dos demais apenados. As atividades serão iniciadas hoje, às 10h, no Fórum de São Luís, no Calhau.

Os detalhes operacionais sobre os mutirões foram acertados na manhã desta terça-feira, 14, em reunião realizada na sede da

Corregedoria Geral da Justiça. A corregedora-geral do MPMA em exercício, Rita de Cássia Maia Baptista Moreira, participou do encontro e destacou o empenho da instituição em trabalhar em parceria com os demais órgãos do sistema de justiça criminal para combater a violência. A criação dos mutirões foi oficializada pela Resolução Conjunta nº 1/2014, assinada pela corregedora do Ministério Público, pela corregedora-geral de Justiça, Nelma Sarney; pelo defensor público geral do Maranhão, Aldy Mello Filho; e pelo

coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desembargador Froz Sobrinho.

A análise processual, por meio dos mutirões, atende a recomendação do Comitê de Gestão Integrada do Plano de Ação e Pacificação das Prisões em São Luís, criado após reunião do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na última quinta-feira, 9, com a governadora Roseana Sarney e outras autoridades, no Palácio dos Leões. Os mutirões serão realizados de duas formas: a primeira, em caráter processual,

quando serão analisados os feitos dos processos e haverá a triagem dos casos mais urgentes; a etapa seguinte será realizada dentro do Complexo de Pedrinhas, junto aos presos.

Na avaliação da assessora especial do Ministério da Justiça, Clarice Calixto, é preciso priorizar os casos mais graves a fim de garantir resultados substanciais aos mutirões. "É necessário, inicialmente, descobrir quem são os presos provisórios provenientes da capital e do interior e a sua localização no sistema penitenciário".

Ação do MP

O Relatório de Inspeção – de 2010 - que culminou com a Ação Civil Pública é baseado em informações da Vigilância Sanitária, do próprio MPMA e da Sejap. A ação aponta como problemas a falta de ações de ressocialização, constatando descumprimento da Lei de Execuções Penais (LEP); condições insalubres do Complexo Penitenciário de

Pedrinhas; estrutura deficiente dos presídios; falta de água; alimentação inadequada; problemas no fornecimento de energia elétrica; falta de material de trabalho aos funcionários; escassez de viaturas, de equipamentos de segurança, informática, móveis e fardamentos para detentos e funcionários. É determinada a reforma dos prédios; concurso público para agentes penitenciários e profissionais qualificados (atualmente, são em sua maioria monitores terceirizados); e ações de ressocialização aos internos.

Na ação, a promotora de Justiça Márcia Lima Buhatem relata que "há o total desprezo do Executivo Estadual às leis sanitárias, de execução penal, bem como aos direitos humanos fundamentais garantidos pela Constituição Federal".

Em nota, a governadora Roseana Sarney afirmou que até o fim deste ano serão abertas mais 2.800 vagas, na capital e interiores, e que vêm sendo feitos investimentos como aquisição de equipamentos e armas. Os investimentos ultrapassam

os R\$ 131 milhões e contemplam a construção dos presídios de Pinheiro, Brejo, Santa Inês, Timon, Riachão, Coroatá (306 vagas), São Luiz Gonzaga, Imperatriz (250 vagas) e de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), em São Luís (220 vagas); reforma e ampliação da reforma e ampliação da Casa de Detenção (mais 300 vagas, somando 800); e das unidades de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó. A governadora afirmou, na nota, que essas obras atenderão a demanda existente.

Google é condenado

A empresa Google Brasil Internet foi condenada a indenizar em R\$ 3 mil, por danos morais, um gestor público de município maranhense, por notícia publicada em blog de titular desconhecido. A decisão é do juiz Márcio Castro Brandão, que responde pela da 14ª Vara Cível de São Luís. O gestor foi chamado de corrupto pelo “anônimo”.

Prazos processuais voltam a correr dia 21

Os prazos processuais na Justiça estadual voltam a correr normalmente no dia 21 deste mês, quando ficam restabelecidas as publicações de acórdãos, sentenças e decisões, despachos, bem como a intimação de partes ou advogados de processos físicos e virtuais – em primeira e segunda instâncias, na Justiça estadual.

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, conduzirá a primeira sessão plenária da Corte na quarta-feira (22), com pauta jurisdicional.

As sessões de julgamentos no Pleno do Tribunal de Justiça e nas câmaras cíveis e criminais também serão retomadas, assim como os serviços forenses nas varas e juizados das comarcas do Estado.

Durante o recesso – que teve início em 20 de dezembro – o Judiciário trabalha diariamente em regime de plantão para garantir o acesso do cidadão à Justiça.

O recesso forense ocorre normalmente de 20 de dezembro a 6 de janeiro. No TJ-MA, o prazo foi estendido até o dia 20 de janeiro em atendimento a pedido da seccional maranhense da OAB, para que os advogados tivessem um período de descanso nas atividades profissionais.

- Teve início, segunda-feira, a primeira Correição Ordinária do Juizado Especial da Fazenda Pública de São Luís (Fórum Desembargador Sarney Costa, Calhau).
- O encerramento da Correição está previsto para as 12h do próximo dia 20. Durante a ação, serão correicionados todos os 152 processos distribuídos para a unidade desde sua implantação.

Associação de juízes do Maranhão reclama de demora na transferência de presos

A Amma (Associação de Magistrados do Maranhão) manifestou preocupação com o que chamou de lentidão na transferência de presos no complexo penitenciário de Pedrinhas para presídios federais. “Temos 50 vagas oferecidas pelo Ministério da Justiça, mas até agora nenhum pedido foi protocolado para os juízes autorizarem as transferências”, disse o juiz Gervásio Santos, presidente da entidade e titular da 6ª Vara Cível. A oferta de vagas em presídios federais foi formalizada pelo ministro Eduardo Cardozo em visita a São Luís na semana passada. O juiz Santos também comentou que julga ser adequado o prazo de 60 dias definido em decisão judicial desta segunda para que o governo do Maranhão construa presídios e reforme o complexo de Pedrinhas.

Justiça do Paraná vai oferecer ao MA programa de gestão de presos

Pioneiro no uso de uma ferramenta de gestão que controla a entrada e saída de presos, o governo do Paraná vai sugerir ao Maranhão a adoção do modelo a fim de diminuir a superlotação nas cadeias do Estado.

PÁGINA 3 [C1]

Justiça do Paraná vai oferecer ao MA programa de gestão de presos

Pioneiro no uso de uma ferramenta de gestão que controla a entrada e saída de presos, o governo do Paraná vai sugerir ao Maranhão a adoção do modelo a fim de diminuir a superlotação nas cadeias do Estado.

A secretária de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, viaja nesta quarta-feira (15) a São Luís, a convite da governadora Roseana Sarney, para apresentar o software utilizado no Paraná e tentar viabilizar sua implantação no Maranhão.

No Paraná, o sistema, que congrega dados do Judiciário e do governo, consegue identificar quais são os presos que já podem receber benefícios ou progressão de pena, separando-os por penitenciária, cidade ou vara de execução penal.

Com a ajuda dessa ferramenta, o Estado liberou ou concedeu benefícios, nos últimos três anos, a quase 15 mil detentos que cumpriam pena indevidamente ou poderiam migrar para os regimes aberto e semiaberto. A população carcerária do Paraná, hoje, é de 28 mil pessoas.

A falta de acompanhamento dos detentos é apontada como um

dos fatores que levaram à crise da segurança no Maranhão.

“Há muitos anos, os presos são esquecidos pelo Judiciário no Estado”, declarou o coordenador nacional da Pastoral Carcerária, padre Valdir Silveira, ao “Portal A12”. “Muitos não são julgados, outros já cumpriram pena, mas o Judiciário nem acompanha os casos.”

Equipe – A secretária de Justiça vai levar uma equipe a São Luís para apresentar a tecnologia. O Paraná, único no país a adotar esse sistema, pretende ceder o software ao Maranhão. “A solução no Maranhão passa pela construção de novas vagas e pela gestão da informação. Só que a construção leva um ano. A gestão é imediata”, afirmou Gomes em entrevista à imprensa nesta terça-feira (14).

O Paraná também vai apresentar os projetos de cadeias públicas e penitenciárias semiabertas que cedeu ao Depen (Departamento Penitenciário Nacional), mais compactos e de custo menor que o previsto pelo Ministério da Justiça no Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. Eles também poderão ser adotados pelo governo do Maranhão.

EDITORIAL

Um governo temido

Se lembrarmos, data por data, cada vez que houve uma explosão sangrenta no Sistema de Segurança do Maranhão e o governo não reagiu; se anotarmos todos as vezes em que a sociedade esperou por demissões ou pelo menos remanejamentos nesse Sistema e mais os dias e todas as horas de terror vividos pela população de São Luís, não consideraremos tão espantosa a ideia do impeachment que deve ser proposta à Assembleia Legislativa por advogados de direitos humanos.

É correto dizer, como frisou a advogada Eloísa Machado de Almeida, que a crise no sistema penitenciário é do país inteiro e não apenas maranhense, mas que Pedrinhas é um ponto fora da curva. Pelo nível de barbárie, pela monstruosidade que se repete, pelas chacinas que ali se sucederam durante o ano de 2013, sem solução, o Estado é como um trem que perdeu o maquinista e descarrilou moralmente. Estamos em todas as páginas do horror internacional, como o último entre os povos bárbaros da história.

O Maranhão, acima do fanatismo suicida de povos muçulmanos, para além da fúria dos primitivos povos colombianos, passou a integrar a crônica apavorante dos cortadores de cabeças que imolavam os inimigos na mais remota antiguidade. A esses dantescos rituais de evisceração humana, o governo jamais teve respostas. Não teve, sequer, a capacidade de enfrentar o poder das facções criminosas enjauladas para proteção da sociedade.

Nem se compreende como em pleno século 21 seres humanos tenham se reduzido a condição tão animalesca, a tal nível de degradação física, emocional e espiritual, jogando futebol com as cabeças de seus semelhantes. Fala-se, agora, em tortura na Penitenciária de Pedrinhas e as comissões de direitos humanos só têm acesso à parte mais 'limpa' do presídio. Tortura não resolve nada. É só mais um crime bárbaro que se acrescenta a outro crime. É mais um erro das forças policiais e políticas do Maranhão.

Por absoluta falta de autocracia, o governo patina agora entre o impeachment e a intervenção federal. A sucessão de motins sinistros enviou para o mundo, via internet, as imagens de uma criança em chamas e do festim macabro no pátio da penitenciária. Tantas denúncias depois, tantas rebeliões e fugas depois, tanto pânico e justificativas oficiais sem pé nem cabeça.

E aqui, desolados entre a comoção e a tragédia da condição humana, sabemos nós maranhenses que nossa grande tragédia é um governo de 50 anos que empobreceu quase tudo e corrompeu o que sobrou.

Um governo que enriquece amigos, mas não reage à agiotagem que toma a merenda escolar das crianças; um governo que ganha todas as causas na Justiça, mas nada faz para reduzir os calamitosos índices de pobreza absoluta do povo; enfim, um governo aparentemente temido por parlamentares, procuradores, juizes, advogados e promotores, mas um governo que não sabe governar.

Expediente suspenso

A juíza Vanessa Clementino Sousa suspendeu o expediente, ontem, no Fórum da Raposa. Os prazos processuais também foram suspensos e serão retomados hoje.

A medida se deu em função de manifestação que interditou a Avenida Principal da Raposa, na altura do ponto de acesso à entrada e saída do município. Com a interdição, “os funcionários da Secretaria do Fórum não conseguiram chegar ao ambiente de trabalho”, disse a magistrada.

Vanessa Clementino ressaltou a necessidade de preservar a integridade física dos servidores, operadores do direito e dos cidadãos que frequentam o Fórum. Para compensar a interrupção dos trabalhos, “os servidores devem trabalhar além do horário regulamentar nos dias subsequentes”, observou a juíza.

Mutirões carcerários vão ser realizados em São Luís

O Ministério Público do Maranhão, em parceria com o Poder Judiciário e

a Defensoria Pública do Estado, vai participar dos mutirões carcerários com o objetivo de identificar o número de presos provisórios custodiados nos estabelecimentos prisionais do Maranhão e dar andamento à situação processual dos demais apenados.

PÁGINA 12 [C1]

Mutirões carcerários vão ser realizados em São Luís

O Ministério Público do Maranhão, em parceria com o Poder Judiciário e a Defensoria Pública do Estado, vai participar dos mutirões carcerários com o objetivo de identificar o número de presos provisórios custodiados nos estabelecimentos prisionais do Maranhão e dar andamento à situação processual dos demais apenados. As atividades serão iniciadas nesta quarta-feira (15), às 10h, no Fórum de São Luís, no Calhau.

Os detalhes operacionais sobre os mutirões foram acertados na manhã desta terça-feira (14), em reunião realizada na sede da Corregedoria Geral da Justiça. A corregedora-geral do MPMA em exercício, Rita de Cássia Maia Baptista Moreira, participou do encontro e destacou o empenho da instituição em trabalhar em parceria com os demais órgãos do sistema de Justiça criminal para combater a violência.

A criação dos mutirões foi oficializada pela Resolução Conjunta nº 1/2014, assinada pela corregedora do Ministério Público, pela corregedora-geral de Justiça, Nelma Sarney; pelo defensor público geral do Maranhão, Aldy Mello Filho; e pelo coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desembargador Froz Sobrinho.

A análise processual, por meio dos mutirões, atende a recomen-



DESEMBARGADORA NELMA SARNEY conduz reunião sobre mutirão no sistema prisional

dação do Comitê de Gestão Integrada do Plano de Ação e Pacificação das Prisões em São Luís, criado após reunião do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na última quinta-feira (9), com a governadora Roseana Sarney e outras autoridades, no Palácio dos Leões.

Os mutirões serão realizados de duas formas: a primeira, em caráter processual, quando serão analisados os feitos dos processos

e haverá a triagem dos casos mais urgentes; a etapa seguinte será realizada dentro do Complexo de Pedrinhas, junto aos presos.

Na avaliação da assessora especial do Ministério da Justiça, Clarice Calixto, é preciso priorizar os casos mais graves a fim de garantir resultados substanciais aos mutirões. "É necessário, inicialmente, descobrir quem são os presos provisórios provenientes da capital e do interior e a sua locali-

zação no sistema penitenciário".

Do MPMA, também participaram da reunião o promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial, José Cláudio Cabral Marques; a promotora de Justiça auxiliar da Corregedoria do MPMA, Rosanna Conceição Gonçalves; e o titular da 32ª Promotoria de Justiça Criminal, com atribuição em execuções penais, Pedro Lino Silva Curvelo.

179


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUIS.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n, 5º andar, Calhau Fone : 3194-5662

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (vinte) DIAS

PROCESSO nº. 21795-55.2013.8.10.0001 (239672013)
PARTE DEMANDANTE: JOSE ARTHUR PINTO MILHOMENS
ADVOGADO DA DEMANDANTE: Luiz Viana da Fonseca Filho
PARTE DEMANDADA: PONTA D AREIA HOLDING DE PARTICIPAÇÕES
MORAL, CYRELA COSTA RICA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA,
MIRANDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, FABIO MIRANDA

O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Marcio Castro Brandão, respondendo pela 14ª Vara Cível da Comarca de São Luis, Estado do Maranhão. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo e Comarca tramita AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, identificada em epígrafe.

FINALIDADE

CITAR a parte demandada PONTA D'AREIA HOLDING DE PARTICIPAÇÕES S/A, cujo representante legal está atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência da AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, para a qual poderá apresentar resposta aos termos da petição inicial, no prazo de 15 dias, desde que o faça por intermédio de advogado constituído. Caso não ofereça CONTESTAÇÃO no prazo assinalado os fatos afirmados pelo autor serão presumidos como verdadeiros (CPC: art 285, 2ª parte; art.319; e art.330,I).

E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente EDITAL, nos termos do despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, o qual foi entregue a parte interessada para providências de estilo.

O que se CUMpra nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luis, Estado do Maranhão, aos 27 de agosto de 2013. Eu, Walquíria Ferreira de Sousa, digitei e
..... Diana Viana Bastos Ferraz, Secretária Judicial, confere e subscreve.

Marcio Castro Brandão
Juiz de Direito Marcio Castro Brandão
Respondendo pela 14ª Vara Cível



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SÃO LUIS
2ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 30 DIAS

O DOUTOR LUIZ DE FRANÇA
BELCHIOR SILVA, JUIZ DE DIREITO
DA SEGUNDA VARA CÍVEL DE SÃO
LUIZ MARANHÃO, POR
DESIGNAÇÃO LEGAL, ETC.

F A Z S A B E R que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica **CITADA MARIA LUZIA SILVA ANDRADE**, CPF: 712.222.433-34, que se acha em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, no valor de **R\$ 6.432,25** (seis mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos), ou apresente/indique tantos bens quanto bastarem para garantir a execução, podendo oferecer embargos no prazo de 15 (quinze) dias, referente a Ação de Execução P/ Título Extrajudicial em tramitação nesta Secretaria da 2ª Vara Cível, Processo nº 8631-67.2006.8.10.0001, que lhe move A. N. DE MELO. Ficando o réu cientificado de que as peças e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, aos 16 de agosto de 2013. Eu, Rute Ferreira Macêdo, Secretária Judicial da 2ª Vara Cível, mandei digitar e conferi.


Luiz de França Belchior Silva
Juiz Titular da 2ª Vara Cível da Capital

Juiz condena Google a pagar indenização por notícia publicada em blog anônimo

A empresa Google Brasil Internet foi condenada a indenizar por danos morais um gestor público de município maranhense, por notícia publicada em blog de titular desconhecido. A decisão é do juiz Márcio Castro Brandão, que responde pela 14ª Vara Cível de São Luís.

O autor da ação alega que em março de 2013 enviou notificação extrajudicial à empresa Google, que hospeda o blog anônimo, pedindo informações sobre o endereço de IP do computador do autor do blog, que publicou diversas matérias ofensivas a sua honra e imagem. Também pediu a retirada do conteúdo do site no prazo de 24h.

A notícia do blog faz referência ao período em que o requerente desempenhou cargo na administração do município, imputando-lhe a pecha de corrupto. Para o autor da ação, o texto foi uma tentativa de denegrir seu

conceito e imagem perante a sociedade do município, onde ele já exercia outro cargo.

Na sentença, proferida no último mês de novembro, o juiz determinou à empresa Google, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil, limitada à quantia de R\$ 60 mil, identificar, em até cinco dias, por meio dos endereços IP, os computadores utilizados para cadastramento e alimentação do blog; e, em 24h, remover do site o conteúdo ofensivo ou, se isso não fosse tecnicamente possível, retirar o blog da internet.

Márcio Castro Brandão também condenou a Google ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 3 mil, acrescida de juros moratórios, a contar do mês de abril de 2013, data do evento danoso, além de correção monetária.

Na sentença, o juiz afirma que, mesmo ciente da situação, a Google limitou-se a responder

que "após análise da solicitação realizada pelo requerente, decidiu não tomar nenhuma medida". Para o magistrado, a empresa cometeu ato ilícito ao se abster de prestar as informações e ao se recusar a retirar o blog de sua plataforma na internet.

A empresa alegou sua ilegitimidade para figurar como ré na ação, já que não faz qualquer tipo de controle preventivo do conteúdo criado pelos seus usuários, devendo responder pelo fato a pessoa que publicou o conteúdo ofensivo. Argumentou, ainda, não possuir meios de cumprir a obrigação imposta pela Justiça, porque os dados solicitados tornaram-se indisponíveis com o decurso do tempo. Também afirmou que os logs de IP de criação são armazenados por até oito meses, não mantendo o registro dos dados de atualização dos blogs, para liberação de espaço livre em seus servidores para o armazena-

mento do conteúdo mais recente que trafega por seus serviços, já que não existe legislação específica sobre a matéria.

De acordo com o magistrado, a Google tem o dever de informar a origem da postagem, mediante identificação do IP de origem e de retirá-la da internet. Conforme o juiz, a identificação do IP constitui dado técnico registrado no momento de criação da ferramenta eletrônica pelo usuário e que deveria ficar no banco de dados da Google, responsabilidade decorrente da atividade econômica desenvolvida pelo fornecedor de serviços, mesmo que estes sejam gratuitos.

Embora, não seja a própria Google a titular do site nem a autora das declarações ofensivas, a recusa ao atendimento da solicitação do usuário, segundo o juiz, colaborou efetivamente para a intensificação do ato ilícito causado pelo autor do blog.

▼ DESCE

A Google Brasil Internet foi condenada a indenizar um gestor público maranhense por notícia publicada em blog de titular desconhecido. A decisão é do juiz Márcio Castro Brandão, que responde pela 14ª Vara Cível de São Luís.

Condenação

O juiz da 14ª Vara Cível de São Luís condenou a Google Brasil Internet a indenizar por danos morais um gestor público por notícia publicada em blog de titular desconhecido. A notícia do blog faz referência ao período em que o requerente desempenhou cargo na administração do município, imputando-lhe a pecha de corrupto. Para o autor da ação, o texto foi uma tentativa de denegrir seu conceito e imagem perante a sociedade do município, onde ele já exercia outro cargo.

CHACINA DE PEDRINHAS

Família de borracheiro decapitado entra na Justiça contra o Estado

Elson Pereira cumpria pena por receptação de 4 pneus

A família do borracheiro Elson de Jesus Pereira, de 43 anos – o primeiro preso a ser decapitado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas durante a crise que se instalou no sistema prisional maranhense – aguarda o resultado de uma ação por danos morais, movida contra o

Estado. A viúva do borracheiro, Tereza de Jesus Furtado, de 44 anos, informou que o advogado contratado pela família, Raimundo da Silva Santos, deu entrada na ação na 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, no dia 18 de novembro.

PÁGINA 1 [C2]



O BORRACHEIRO Elson Pereira, vítima de uma injustiça que a viúva Tereza de Jesus quer que seja reparada

RESPONSABILIZAÇÃO

Família de borracheiro decapitado em Pedrinhas entra na Justiça contra o Estado

Elson Pereira cumpria pena por recepção de 4 pneus quando foi decapitado num motim

**JULY CAMILO
E OSWALDO VIVIANI**

A família do borracheiro Elson de Jesus Pereira, de 43 anos – o primeiro preso a ser decapitado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas durante a crise que se instalou no sistema prisional maranhense – aguarda o resultado de uma ação por danos morais, movida contra o Estado. A viúva do borracheiro, Tereza de Jesus Furtado, de 44 anos, informou que o advogado contratado pela família, Raimundo da Silva Santos, deu entrada na ação na 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, no dia 18 de novembro.

Condenado pela Justiça a seis anos de prisão, Elson estava preso em Pedrinhas a menos de duas semanas quando foi assassinado. Seu crime: recepção de quatro pneus, fato ocorrido em 2009.

O borracheiro foi decapitado durante uma rebelião, ocorrida na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) de Pedrinhas, no dia 1º de outubro de 2013, data que marcou o início dos motins e brigas entre facções

dentro do presídio – violência que extrapolaria para as ruas de São Luís, com ataques a ônibus e delegacias.

De acordo com Tereza de Jesus, o marido – dono de um comércio de sucatas e borracharia, no bairro do Sacavém (periferia de São Luís) – havia sido preso no dia 19 de setembro, em cumprimento a um mandado de prisão pela compra dos pneus, que a polícia diz terem sido roubados.

Levado para Pedrinhas e colocado na área da CCPJ destinada a criminosos perigosos da facção Bonde dos 40, Elson virou alvo após a revolta do grupo rival, Primeiro Comando do Maranhão (PCM), com a presença na unidade de outros 18 detentos ligados ao “Bonde” vindos da CCPJ do Anil (unidade que não faz parte do Complexo de Pedrinhas). A transferência foi determinada pelo juiz Roberto de Paula, da 1ª Vara de Execução Penal.

No dia seguinte à chegada dos transferidos, perto de 40 presos do PCM invadiram a ala em que estavam alojados os “alemão” (que é como as facções chamam os inimigos) e mataram três detentos. Confundido com um integrante do Bonde dos 40, Elson Pe-

reira foi morto, decapitado e teve sua cabeça lançada para longe do corpo.

“Meu marido foi condenado à morte no momento em que foi levado para Pedrinhas. O Elson sempre foi trabalhador e muito direito. Ele vivia em função da família e dos nossos três filhos [Wellison, 18 anos; Marcelo, 15; e Vitória, 13]. Ele nunca foi receptor ou bandido, nunca teve ficha na polícia, e mesmo a gente mostrando isso o Estado não quis saber e o colocou junto com bandidos perigosos que o mataram de forma brutal. Meu marido não cometeu nenhum crime hediondo para estar naquele lugar”, afirmou Teresa de Jesus ao **Jornal Pequeno**, nesta semana.

“Ele deveria ter sido conduzido para um setor condizente com a sua pena e o seu crime, mas foi levado para um presídio perigoso e jogado numa cela junto com traficantes, homicidas, assaltantes e tudo mais que se possa imaginar”, disse a viúva.

Segundo Teresa de Jesus, com a morte de Elson, o comércio de sucata – que leva o nome da filha mais nova do casal, Vitória, que tem mobilidade reduzida – ficou fechado por quase três meses. Só foi reaberto recentemente, por conta das dificuldades financeiras que se agravaram.

“Estou vendendo a mercadoria que já tínhamos aqui, mas é pouco. No fim do mês não apuramos nem um salário mínimo”, disse Teresa.

Apesar das dificuldades, a viúva de Elson Pereira acredita em ao menos poder ver tornar-se realidade o sonho do marido morto, de ver os filhos bem encaminhados na vida.

“O sonho do Elson era ver o filho mais velho, o Wellison, ingressando na carreira militar; o do meio, Marcelo, se formando em direito; e a caçula, Vitória, atuando na área médica, apesar de ela ter nascido prematura e acumulado problemas de saúde. Infelizmente, esse sonho de formar os filhos o Elson não vai poder realizar, mas eu vou lutar para realizá-lo, assim como não vou desistir de pedir justiça. Sei que isso não trará o Elson de volta, mas quero que o Estado reconheça que errou”, declarou Teresa de Jesus.

OUTRO LADO – Questionado pelo **JP**, o secretário de Comunicação do governo do Maranhão, Sérgio Macêdo, informou que o Estado ainda não foi notificado pela Justiça sobre a ação por danos morais movida pela família do borracheiro Elson Pereira. “Não fomos notificados ainda. Assim que houver essa notificação, vamos nos manifestar à imprensa e à sociedade”, disse Macêdo.





VELÓRIO DO BORRACHEIRO foi em seu local de trabalho



TEREZA DE JESUS, viúva de Elson:
'O Estado tem de reconhecer que errou'